MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

ATA DA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO.

Aos quinze dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, às oito horas e trinta minutos, na modalidade híbrida, reuniu-se o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão — Consepe da Universidade Federal Rural do Semi-Árido — Ufersa, sob a presidência do Reitor, **Rodrigo Nogueira de Codes**, para deliberar sobre a pauta da oitava reunião ordinária de dois mil e vinte e seis. Estiveram presentes **Vânia Christina Nascimento Porto**, da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura — Proec; **Rejane Tavares Botrel**, da Pró-Reitoria de Graduação — Prograd; **Liana Holanda Nepomuceno Nobre**, da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação — Proppg; **Josemir de Souza Gonçalves**, Centro de Ciências Agrárias — CCA; **Luciana Vieira de Paiva**, do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde — CCBS; **Leonardo Augusto Casillo**, do Centro de Ciências Exatas e Naturais — CCEN; **Ady Canário de Souza Estevão**, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas e Humanas — CCSAH; **Manoel Quirino da Silva Júnior**, do Centro de Engenharias — CE; **Gislene Micarla Borges de Lima**, do Centro Multidisciplinar de Angicos — CMA; **Fernando da Silva Cordeiro**, do Centro Multidisciplinar de Caraúbas — CMC; **Eduardo Raimundo Dias Nunes**, do Centro Multidisciplinar de Pau dos Ferros — CMPF; e **Franceliza Monteiro da Silva Dantas**, representante técnico-administrativa. Tendo constatado quórum legal, o presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, realizou a leitura da pauta. Na oportunidade, o conselheiro **Josemir de Souza Gonçalves** solicitou a retirada do ponto de pauta referente à destinação do código de vaga 0307174, informando que, em reunião realizada no Conselho de Centro de Ciências Agrárias, foram levantadas informações adicionais que precisavam ser sistematizadas e compartilhadas com os demais centros. Caso a retirada não fosse aprovada, solicitou que o ponto fosse adiantado na pauta, possibilitando a participação da professora Michelly Fernandes de Macedo, coordenadora do curso de Medicina Veterinária, que possuía um compromisso de viagem. A conselheira **Gislene Micarla Borges de Lima** solicitou a retirada do ponto referente à atualização do Projeto Pedagógico do Curso — PPC do curso de Engenharia Florestal, esclarecendo que o CMA não havia tido tempo hábil para analisar a documentação, visto que havia sido encaminhada após as reuniões de base. Em seguida, o presidente do Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, apresentou três solicitações de inclusão da pauta. A primeira tratava da alteração do calendário acadêmico referente ao semestre letivo dois mil e vinte e seis ponto dois, solicitada pelo Centro Acadêmico de Direito marcos Dionísio — Camad e pelo Diretório Central dos Estudantes — DCE. A segunda referia-se à indicação das docentes Maria Ghisleny de Paiva Brasil e Mifra Angélica Chaves da Costa para as funções de coordenadora e vice-coordenadora do curso de Licenciatura em Pedagogia Bilíngue, conforme solicitação do CMC. A terceira dizia respeito à reserva de cotas para pessoas trans nos cursos de graduação da universidade. Sobre esta última, explicou que a universidade havia sido procurada pelo coletivo Cores no início do ano e assumido o compromisso de estudar a viabilidade da medida. Informou que, a partir dessa iniciativa, foi constituída uma comissão institucional para elaborar uma política de ações afirmativas destinada a pessoas trans. Destacou que a comissão solicitava a manifestação do Conselho sobre a inclusão da reserva de vagas no processo seletivo de ingresso, considerando a competência regimental do colegiado para deliberar sobre as vagas dos cursos de graduação. Acrescentou que a universidade já adota

cotas para pessoas trans na pós-graduação desde dois mil e vinte e três. O conselheiro **Leonardo Augusto Casillo** manifestou preocupação com a inclusão da proposta de cotas para pessoas trans sem tempo suficiente para discussão nas bases. Informou que a documentação havia chegado após as reuniões dos Conselhos de Centro e questionou a ausência de informações complementares, especialmente sobre a distribuição do percentual mínimo de vagas reservadas previsto em lei. Solicitou que a matéria fosse adiada para uma reunião posterior ou que fossem disponibilizados elementos adicionais para subsidiar a deliberação. Em resposta, o presidente do Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, esclareceu que a legislação estabelece a reserva de, no mínimo, cinquenta por cento das vagas para cotas e mencionou que outras instituições adotam critérios complementares, inclusive com base em dados populacionais. A conselheira **Luciana Vieira de Paiva** informou que o CCBS também havia solicitado a retirada do ponto, devido à insuficiência de informações para compreender os fundamentos da proposta, os percentuais considerados e a opção pela reserva específica para pessoas trans, em vez de uma abordagem mais ampla da população LGBTQIA+. Defendeu que a documentação fosse complementada e submetida novamente à apreciação do Conselho posteriormente. A conselheira **Ady Canário de Souza Estevão** relatou que o CCSAH também considerou insuficiente o tempo para a análise da matéria, uma vez que a documentação havia sido recebida durante a reunião do centro. Ressaltou a importância da iniciativa para a inclusão de uma população historicamente vulnerabilizada, mas defendeu a realização de um debate mais qualificado, com a participação das comunidades acadêmicas e das instâncias de base. Sugeriu a realização de uma reunião extraordinária, caso os prazos institucionais exigissem maior celeridade. A conselheira **Gislene Micarla Borges de Lima** reiterou que o CMA concordava com as preocupações apresentadas pelos conselheiros anteriores. Reconheceu a relevância da política de ações afirmativas, mas destacou a necessidade de análise pelos departamentos e pelo centro, considerando o curto prazo para a discussão da documentação. Por esse motivo, defendeu que a proposta retornasse em outra reunião. A conselheira **Rejane Tavares Botrel**, na condição de representante da Prograd, ressaltou a importância da discussão, mas alertou que a não apreciação da matéria naquela reunião poderia inviabilizar sua inclusão no processo seletivo de ingresso de dois mil e vinte e sete ponto um, uma vez que o calendário de adesão estava prestes a ser iniciado. Também se manifestou sobre a solicitação de retirada do ponto referente ao PPC de Engenharia Florestal, lembrando que o processo tramitava há quase dois anos, já havia passado pelas instâncias competentes e contava com uma relatoria minuciosa do professor Josemir de Souza Gonçalves. O presidente do Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, considerou a possibilidade de convocação de uma reunião extraordinária para que a proposta de cotas fosse discutida com maior profundidade, mas esclareceu que não seria possível garantir sua inclusão no processo seletivo de dois mil e vinte e sete ponto um. O conselheiro **Leonardo Augusto Casillo** reiterou a necessidade de que matérias relevantes fossem encaminhadas com antecedência mínima de quarenta e oito horas horas, permitindo a consulta aos departamentos e aos centros antes das reuniões do Conselho. A conselheira **Luciana Vieira de Paiva** reforçou que uma decisão dessa natureza exigia uma ampla discussão e fundamentação, por seus possíveis efeitos sobre a política de ingresso na universidade, e defendeu que a matéria fosse debatida com maior profundidade antes de qualquer deliberação definitiva. O conselheiro **Manoel Quirino da Silva Júnior** esclareceu

que a proposta se destinava especificamente ao processo seletivo de dois mil e vinte e sets e poderia ser revista nos processos posteriores. Informou que o percentual de dois por cento proposto para pessoas trans havia sido definido com base em um levantamento realizado em outras instituições e que sua aplicação permitiria avaliar posteriormente o alcance da medida. A conselheira **Rejane Tavares Botrel** retomou sua fala e manifestou-se favoravelmente à realização de uma reunião específica para discutir a proposta, ressaltando que a ampliação do acesso à universidade e a garantia dos direitos das minorias constituíam objetivos importantes. Por fim, ressaltou a relevância de assegurar condições de inclusão para pessoas trans. Sem mais manifestações, o presidente do Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, pôs em votação a retirada do ponto referente à destinação do código de vaga 0307174, solicitada pelo conselheiro Josemir de Souza Gonçalves, que foi aprovada com seis votos favoráveis, quatro votos contrários e duas abstenções. Em seguida, pôs em votação a retirada do ponto referente à atualização do PPC de Engenharia Florestal, que foi rejeitada com um voto favorável, oito votos contrários e três abstenções. Prosseguiu com a votação referente à inclusão do ponto sobre a alteração do calendário acadêmico do semestre letivo dois mil e vinte e seis ponto dois, que foi aprovada por unanimidade. Também pôs em votação a inclusão da indicação das docentes Maria Ghisleny de Paiva Brasil e Mifra Angélica Chaves da Costa para as funções de coordenadora e vice-coordenadora do curso de Licenciatura em Pedagogia Bilíngue, que foi aprovada por unanimidade. Prosseguiu com a votação acerca da inclusão do ponto referente à reserva de cotas para pessoas trans nos cursos de graduação, sendo rejeitada com três votos favoráveis, seis votos contrários e três abstenções. Após o resultado, a conselheira **Rejane Tavares Botrel** esclareceu seu posicionamento e defendeu a realização da reunião extraordinária em caráter urgente, preferencialmente na terça ou na quarta-feira daquela semana, para permitir a continuidade da discussão e tentar viabilizar a inclusão da proposta no processo seletivo de dois mil e vinte e sete ponto um. O presidente do Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, concordou com o encaminhamento de organizar a convocação ainda naquela semana, ficando a definição da data para deliberação posterior. Por fim, pôs em votação a pauta como um todo, sendo aprovada por unanimidade, resultando na seguinte: **PAUTA**: **Primeiro ponto**: Apreciação e deliberação das atas das 2ª e 3ª Reuniões Extraordinárias de 2026. **Segundo ponto**: Apreciação e deliberação sobre processos de renovação de afastamento dos servidores Sara Cristina dos Santos Freires, conforme processo 23091.005110/2024-45; Marco Diego Aurélio Mesquita, conforme processo 23091.003790/2025-83; Giovane Alves de Souza, conforme processo 23091.014340/2024-28; e Erica Natasche de Medeiros Gurgel Pinto, conforme processo 23091.010267/2025-95. **Terceiro ponto**: Apreciação e deliberação sobre Programas Gerais de Componente Curricular — PGCCs, conforme Ofício nº 36 da Prograd. **Quarto ponto**: Apreciação e deliberação sobre a atualização do PPC de Engenharia Florestal, conforme Ofício nº 37 da Prograd. **Quinto ponto**: Apreciação e deliberação acerca dos perfis de códigos de vaga 0704505, conforme processo 23091.007358/2026-65; 0934067, conforme processo 23091.021303/2023-16; e 0934070, conforme processo 23091.009378/2026-39. **Sexto ponto**: Apreciação e deliberação sobre a criação do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Mestrado Acadêmico em Engenharia Biomédica — PPGEB, conforme processo 23091.001038/2026-82. **Sétimo ponto**: Apreciação e deliberação sobre alteração do calendário acadêmico referente ao semestre 2026.2. **Oitavo ponto**: Apreciação e deliberação sobre a indicação das docentes Maria

Ghisleny de Paiva Brasil e Mifra Angélica Chaves da Costa, para as funções de coordenadora e vice-coordenadora, do curso de Licenciatura em Pedagogia Bilíngue, conforme Ofício nº 36/2026, da Diretoria — Caraúbas. **Nono ponto**: Outras ocorrências. **PRIMEIRO PONTO**. O presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, realizou a leitura do ponto e pôs em deliberação. Iniciou com a apreciação da ata da 2ª reunião extraordinária de 2026 e, não havendo manifestações, pôs em votação, sendo aprovada com onze votos favoráveis e uma abstenção. Prosseguiu com a apreciação da ata da 3ª reunião extraordinária de 2026 e, não havendo manifestações, pôs em votação, sendo aprovada com nove votos favoráveis e três abstenções. **SEGUNDO PONTO**. O presidente do Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, leu o ponto de pauta e pôs em discussão. Iniciou com o processo da docente Sara Cristina dos Santos Freires e pôs em votação, sendo aprovado por unanimidade. Prosseguiu com o processo do professor Marco Diego Aurélio Mesquita e pôs em votação, sendo aprovado por unanimidade. Continuou com a apreciação do processo do professor Geovani Alves de Souza e pôs em votação, sendo aprovado por unanimidade. Por fim, pôs em discussão o processo da professora Erica Natasche de Medeiros Gurgel Pinto e pôs em votação, sendo aprovado com onze votos favoráveis e uma abstenção. **TERCEIRO PONTO**. O presidente do Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, realizou a leitura do ponto de pauta e pôs em deliberação. Com a palavra, a conselheira **Luciana Vieira de Paiva** apresentou uma demanda encaminhada pelo CCBS, propondo a discussão de medidas para reduzir a burocracia nos procedimentos de aprovação curricular. Explicou que os PPCs, ao serem submetidos à análise e aprovação do Conselho, já contemplam os respectivos PGCCs, de modo que a posterior submissão individual desses programas para nova aprovação gera um retrabalho administrativo. Como exemplo, citou o PPC de Engenharia Florestal, cujas disciplinas seriam novamente submetidas à apreciação do Conselho após sua aprovação. Defendeu, portanto, que a aprovação dos PGCCs ocorresse automaticamente com a aprovação do respectivo PPC, evitando a repetição dos procedimentos. O presidente do Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, pôs o ponto em votação, que foi aprovado por unanimidade. **QUARTO PONTO**. O presidente do Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, realizou a leitura do ponto e pôs em apreciação. A conselheira **Luciana Vieira de Paiva** solicitou esclarecimentos sobre as alterações realizadas. Em resposta, a conselheira **Rejane Tavares Botrel** destacou a participação do conselheiro Josemir de Souza Gonçalves na elaboração do relatório de análise e a apreciação da proposta pelo Comitê de Graduação. Informou que as correções solicitadas haviam sido realizadas pelos docentes do curso e aprovadas pelo referido comitê. Com a palavra, o conselheiro **Josemir de Souza Gonçalves**, na condição de relator, explicou que as principais alterações diziam respeito à curricularização da extensão e à retomada de duas entradas semestrais para o curso. Não havendo outras manifestações, o presidente do Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, pôs o ponto em votação, sendo aprovado com dez votos favoráveis e duas abstenções. **QUINTO PONTO**. O presidente do Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, realizou a leitura do ponto e pôs em deliberação. Iniciou com a análise do código 0704505, destinado à área de Direito Privado e Práticas Jurídicas, com exigência de graduação e doutorado em Direito, Direitos Humanos ou áreas afins, inscrição ativa na Ordem dos Advogados do Brasil — OAB e comprovação mínima de três anos de advocacia nos quatro anos anteriores ao edital. Pôs o código em votação, sendo aprovado por unanimidade.

Prosseguiu com o código de vaga 0934067, vinculado ao Departamento de Engenharias — DE do CMC, contemplando disciplinas relacionadas à Hidráulica, Hidrologia, Instalações Hidrossanitárias, Portos e Hidrovias, Recursos Hídricos, Saneamento e áreas correlatas. O perfil previa graduação em Engenharia Civil e doutorado em diferentes áreas de Engenharia e Recursos Hídricos. A conselheira **Luciana Vieira de Paiva** manifestou preocupação com o número elevado de disciplinas abrangidas pelo perfil, argumentando que a definição de dez disciplinas poderia ampliar excessivamente o escopo de atuação exigido do candidato. Sugeriu que o perfil fosse definido com base em uma grande área do conhecimento, deixando a especificação das disciplinas para as etapas pertinentes do concurso. Em resposta, o presidente do Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, esclareceu que as disciplinas correspondiam a diferentes áreas da Engenharia Civil, como Estruturas, Construção Civil, Recursos Hídricos, Saneamento e Transportes, sendo possível sintetizar o perfil em uma área mais abrangente. Em seguida, pôs o código em votação, sendo aprovado com nove votos favoráveis, dois votos contrários e uma abstenção. Continuou com o código de vaga 0934070, referente à vaga destinada ao Departamento de Engenharias — Denge do CMA, cujas disciplinas eram Contabilidade Empresarial, Pesquisa Operacional II, Projeto de Fábrica e Gestão de Tecnologia e Informação, com exigência de graduação em Engenharia de Produção e doutorado em Engenharias, para regime de trabalho de quarenta horas com dedicação exclusiva. A conselheira **Gislene Micarla Borges de Lima** apresentou uma sugestão de correção ortográfica na descrição das disciplinas, propondo a substituição da expressão “Gestão de Tecnologia e Informação” por “Gestão de Tecnologia da Informação”. A conselheira **Luciana Vieira de Paiva** questionou a compatibilidade entre as disciplinas previstas, especialmente Contabilidade Empresarial, e o perfil de formação exigido, considerando que a ausência de graduação em Ciências Contábeis poderia restringir a seleção de candidatos com formação específica nessa área. Em resposta, a conselheira **Gislene Micarla Borges de Lima** explicou que a exigência de graduação em Engenharia de Produção se justificaria pela abrangência do conjunto de disciplinas, uma vez que profissionais com essa formação poderiam ministrar Contabilidade Empresarial e Pesquisa Operacional II, enquanto profissionais graduados em Contabilidade poderiam não atender às demais disciplinas previstas. Na sequência, a conselheira **Liana Holanda Nepomuceno Nobre** concordou parcialmente com a fala da conselheira Luciana Vieira de Paiva, e destacou que Contabilidade Empresarial e Pesquisa Operacional II também integram áreas de conhecimento relacionadas à Administração e à Contabilidade. Sugeriu, portanto, ampliar as possibilidades de formação no doutorado, permitindo a inclusão de candidatos graduados em Engenharia de Produção que tivessem doutorado em Administração ou Contabilidade, sem alterar a exigência de graduação em Engenharia de Produção. A conselheira **Gislene Micarla Borges de Lima** ponderou que a expressão “áreas afins” poderia não contemplar adequadamente a Administração e sugeriu explicitar as áreas na descrição do perfil. O presidente do Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, pôs o perfil em votação, com a proposta de acréscimo do doutorado em Engenharias, Administração ou Contabilidade, sendo aprovado com oito votos favoráveis e quatro votos contrários. **SEXTO PONTO**. O presidente do Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, realizou a leitura do ponto e pôs em discussão. A conselheira **Luciana Vieira de Paiva** solicitou autorização para a participação com fala do professor Diego Ariel de Lima, responsável pela apresentação da proposta de criação do

Programa de Pós-Graduação em Engenharia Biomédica — PPGEB. O presidente do Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, pôs a participação em votação, sendo aprovada por unanimidade. Com a palavra, o professor **Diego Ariel de Lima** agradeceu o convite e justificou sua participação remota, justificando estar em atividade no centro cirúrgico com estudantes. Explicou que a proposta de criação do mestrado surgiu da aproximação entre as áreas de Medicina e Engenharia, a partir de projetos de pesquisa já em andamento, com resultados expressivos, incluindo aproximadamente dez patentes e quase doze artigos publicados. Relatou que a iniciativa contou com o apoio dos professores Rodrigo Nogueira de Codes, Zoroastro Torres Vilar e Ramon Rudá Brito Medeiros, do *campus* Caraúbas. Informou que a intenção inicial era reunir dois centros acadêmicos em torno da proposta de bioengenharia, mas, diante da necessidade de vinculação do programa a um único centro, optou por submetê-la pelo CCBS, considerando sua atuação e a facilidade de articulação institucional. Contudo, ressaltou estar aberto a sugestões e convidou os demais docentes a participarem da iniciativa. O conselheiro **Manoel Quirino da Silva Júnior** relatou que o conselho de centro teve uma discussão aprofundada sobre a proposta, considerando especialmente as exigências da área de Engenharias IV, na qual se pretende enquadrar o programa. Informou que a criação do mestrado foi aprovada por unanimidade no âmbito daquele conselho, mas que foram identificadas necessidades de adequação. A primeira diz respeito à composição do corpo docente, uma vez que foi constatada a participação de apenas um docente vinculado à área de Engenharias IV. Destacou a necessidade de observar os critérios específicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — CAPES, incluindo o percentual mínimo de docentes permanentes exclusivos e os limites de participação de colaboradores. A segunda adequação refere-se à infraestrutura, pois o projeto detalha os laboratórios do CCBS, mas carece de informações mais completas sobre as instalações do CE e do CCEN, cujas estruturas também poderão contribuir para as atividades do programa. Ressaltou a importância de explicitar a disponibilidade desses laboratórios para a pós-graduação, inclusive como forma de favorecer a captação de recursos para as unidades envolvidas. Por fim, solicitou que fosse avaliada a possibilidade de vincular o programa ao CE, caso se mantenha o enquadramento na área de Engenharias IV, tendo em vista as exigências específicas da CAPES. Na sequência, a conselheira **Liana Holanda Nepomuceno Nobre** destacou a satisfação de apresentar mais uma proposta de curso de pós-graduação e informou que outras propostas poderão ser submetidas em razão do edital da CAPES aberto até dezembro. Ressaltou que a proposta do mestrado em Engenharia Biomédica resulta da aproximação entre grupos de pesquisa consolidados nas áreas de Engenharia e Medicina. Destacou que o curso está inserido na área de Engenharias IV e que há apenas um curso de Engenharia Biomédica no Nordeste, oferecido pela Universidade Federal de Pernambuco — UFPE, o que reforça a relevância e o caráter estratégico da proposta para atender à demanda regional. Recomendou que esse diferencial fosse devidamente enfatizado no documento a ser encaminhado à CAPES. Alertou, ainda, para a necessidade de observar rigorosamente os critérios e requisitos estabelecidos no documento da área, especialmente aqueles relativos à composição do corpo docente, a fim de evitar possíveis prejuízos à aprovação e à avaliação do programa. Por fim, parabenizou a comissão responsável, especialmente aos professores Diego Ariel de Lima, Zoroastro Torres Vilar e Rodrigo Nogueira de Codes, reconhecendo o trabalho desenvolvido e a

produção científica e tecnológica que fundamenta a proposta, incluindo artigos e patentes. Na sequência, a conselheira **Ady Canário de Souza Estevão** informou que o CCSAH havia votado favoravelmente à proposta, registrando apenas uma observação feita pelo diretor do centro, professor José Albenes Bezerra Júnior, acerca da existência de trechos destacados em amarelo em algumas páginas do documento, como as páginas vinte e um e vinte e três, incluindo nomes e itens que precisariam ser revisados para verificar se deveriam ser removidos ou complementados. Reiterou o apoio à iniciativa e parabenizou todos os envolvidos na elaboração do projeto. Em seguida, a conselheira **Luciana Vieira de Paiva** manifestou-se favoravelmente à proposta, considerando-a relevante e alinhada às pesquisas já desenvolvidas na universidade, em uma área promissora e com uma demanda significativa. Destacou o caráter interdisciplinar do projeto e observou que a maioria dos docentes envolvidos integra o CCBS, assim como o coordenador, professor Diego Ariel de Lima. Esclareceu que a vinculação do curso ao CCBS decorria da origem da proposta e da participação dos docentes que a idealizaram, ressaltando a importância da integração entre diferentes áreas do conhecimento. Ao final, parabenizou os envolvidos e agradeceu ao professor Diego Ariel de Lima. Na oportunidade, o presidente do Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, também parabenizou os participantes e destacou especialmente o professor Diego Ariel de Lima, idealizador da proposta, cujo desenvolvimento se estende por aproximadamente cinco anos e meio, desde fevereiro de dois mil e vinte e um. Ressaltou os resultados alcançados ao longo desse período e a expectativa de que o mestrado impulsione as pesquisas em Engenharia Biomédica, considerando seu significativo impacto social. Em seguida, pôs a proposta em votação, condicionada às correções e adequações textuais sugeridas pelos conselheiros, sendo aprovada por unanimidade. Após a votação, o conselheiro **Manoel Quirino da Silva Júnior** ressaltou a necessidade de a comissão realizar as correções no texto e iniciar, paralelamente, o preenchimento das informações na Plataforma Sucupira, a fim de evitar atrasos e garantir o cumprimento dos prazos estabelecidos pela CAPES. Observou que, após a aprovação pelo Consuni, haverá pouco tempo disponível para a homologação, e recomendou que as comissões responsáveis por outras propostas também adotem esse procedimento antecipadamente. Por fim, esclareceu que seu centro se posicionou favoravelmente à criação do curso, mas que considera necessárias adequações relacionadas ao corpo docente, à infraestrutura e à vinculação institucional do programa ao Centro de Engenharias. **SÉTIMO PONTO**. O presidente do Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, realizou a leitura do ponto e convidou o discente Ítalo Ramon Oliveira Lopes, coordenador do Diretório Central dos Estudantes — DCE, para deliberar sobre a solicitação estudantil. Pôs a participação com fala do discente em votação, que foi aprovada por unanimidade. Com a palavra, o discente **Ítalo Ramon Oliveira Lopes** explicou que, no dia nove, o DCE havia encaminhado um ofício ao Gabinete da Reitoria solicitando a suspensão de provas, exames e demais atividades avaliativas nos dias vinte e três e vinte e seis, além de medidas para assegurar o exercício do direito ao voto pelos estudantes. Destacou que aproximadamente trinta e três milhões de brasileiros não compareceram às urnas, com índices significativos tanto entre pessoas com mais de setenta anos quanto entre jovens de dezessete a vinte e quatro anos. Relatou que estudantes informaram não ter comparecido aos locais de votação no primeiro turno por terem provas ou outras atividades acadêmicas agendadas. Ressaltou que o direito ao voto, assegurado constitucionalmente, não deve ser colocado em conflito

com as obrigações acadêmicas. Citou como exemplos instituições que suspenderam atividades durante o período eleitoral, como a Universidade do Distrito Federal — UnDF, a Universidade Federal de Lavras — Ufla e a Universidade Federal da Bahia — UFBA. Defendeu que os estudantes possam decidir livremente se irão votar, sem sofrer prejuízos acadêmicos, como faltas ou perda de avaliações, e solicitou que a universidade comunique claramente as medidas adotadas a estudantes, técnicos e docentes. Na oportunidade, a conselheira **Rejane Tavares Botrel** informou que a Prograd havia analisado as solicitações encaminhadas pelo Camad e pelo DCE. Explicou que, embora outras universidades tenham suspendido atividades sem alterar seus calendários, a realidade acadêmica da instituição exigia atenção ao cumprimento dos dias letivos. Por esse motivo, a Prograd elaborou uma proposta de alteração do calendário, condicionada à aprovação do Conselho, de modo a contemplar a suspensão das atividades nos dias vinte e três e vinte e seis e preservar o cumprimento da carga horária prevista. A proposta previa transferir o encerramento do semestre de sete para nove de dezembro, a semana de exames finais de oito a quinze para dez a dezessete de dezembro, a consolidação parcial das turmas de quinze para dezesseis de dezembro e a consolidação final de dezesseis para dezoito de dezembro. Também previa transferir as defesas de Trabalho de Conclusão de Curso — TCC de quinze para dezessete de dezembro e a consolidação de TCCs, monografias e relatórios de dezesseis para dezoito de dezembro. Considerou que havia espaço para realizar essas alterações, desde que aprovadas pelo Conselho. A conselheira **Luciana Vieira de Paiva** manifestou apoio à proposta, reconhecendo a importância de assegurar o direito ao voto. Contudo, apontou uma preocupação com a reposição das atividades, uma vez que os dias de sexta-feira e segunda-feira seriam afetados, enquanto as datas de reposição corresponderiam a terça-feira e quarta-feira. Defendeu que as atividades de terça-feira fossem destinadas à reposição das aulas de sexta-feira e que as de quarta-feira correspondessem às aulas de segunda-feira, evitando que estudantes fossem obrigados a comparecer às aulas regulares e às reposições simultaneamente. Ressaltou a necessidade de pactuar esse encaminhamento no Conselho, a fim de evitar prejuízos aos estudantes e assegurar o cumprimento do calendário acadêmico. Em resposta, a conselheira **Rejane Tavares Botrel** esclareceu que não seria possível ampliar a alteração das datas propostas e que a organização das reposições ficaria a cargo de cada docente, observando-se o período letivo estabelecido no calendário. A conselheira **Ady Canário de Souza Estevão** parabenizou os estudantes pela iniciativa em defesa do direito ao voto e da democracia. Informou que o CCSAH era favorável à alteração do calendário, destacando que a inclusão da medida no documento oficial proporcionaria maior segurança a estudantes e docentes, diferentemente de decisões individuais tomadas por professores durante o primeiro turno. Contudo, solicitou que também fosse considerada a situação do dia vinte e oito de outubro, uma quarta-feira, para que a comunidade acadêmica pudesse se organizar antecipadamente, especialmente diante dos possíveis impactos sobre as aulas de segunda-feira e da proximidade de outros feriados. Defendeu que a questão fosse esclarecida e planejada para orientar os colegas dos respectivos centros. Em resposta, o presidente do Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, esclareceu que, até aquele momento, não havia manifestação oficial do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos — MGI que autorizasse a alteração da data, razão pela qual o dia vinte e oito permaneceria conforme previsto, ressaltando também os possíveis impactos da sequência de feriados

sobre o planejamento das aulas. O conselheiro **Manoel Quirino da Silva Júnior** apresentou três considerações. Inicialmente, informou que o CE havia verificado a existência de aproximadamente cento e dois dias letivos por *campus*, quantidade considerada suficiente para atender à carga horária dos componentes curriculares. Segundo ele, a análise dos cursos do centro não identificou prejuízos decorrentes da alteração proposta, inclusive porque, em alguns campi, seria possível retirar os dois dias sem comprometer o número de encontros previstos. Ressaltou, entretanto, a situação específica do *compus* Angicos, onde feriados municipais no primeiro semestre exigiriam atenção adicional. Em segundo lugar, solicitou que a Proppg e o Núcleo de Educação à Distância — NEaD reforçassem as orientações destinadas aos estudantes da pós-graduação e da educação a distância, considerando que a instituição possui calendários acadêmicos distintos para graduação, pós-graduação e NEaD. Defendeu que também fossem asseguradas condições para que esses estudantes pudessem exercer o direito ao voto sem prejuízos acadêmicos. Por fim, propôs que o Conselho estabelecesse previamente a possibilidade de adequação dos calendários caso houvesse publicação oficial alterando a data do ponto facultativo de vinte e oito de outubro para outro dia. Destacou que a alteração dependeria de confirmação oficial do governo e que o ajuste deveria contemplar os calendários acadêmicos pertinentes. Na sequência, o conselheiro **Leonardo Augusto Casillo** declarou ser favorável à suspensão das atividades avaliativas nos dias previstos e à garantia de abono de faltas aos estudantes que precisassem se deslocar para votar e não conseguissem retornar a tempo. Entretanto, manifestou preocupação com a suspensão integral das atividades acadêmicas, especialmente em cursos como Computação, nos quais algumas disciplinas são concentradas em um único dia da semana devido à organização dos espaços físicos. Citou o caso das disciplinas ofertadas exclusivamente às segundas-feiras e observou que, no semestre dois mil e vinte e seis ponto dois, já havia outros feriados previstos para esse dia, o que poderia comprometer significativamente a continuidade das atividades. Assim, propôs que fossem suspensas as avaliações, mas mantida a possibilidade de realização de atividades acadêmicas, de modo a reduzir os prejuízos aos estudantes que possuem aulas concentradas em determinados dias. O presidente do Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, esclareceu que a proposta apresentada pela conselheira Rejane Tavares Botrel tinha como objetivo garantir segurança aos estudantes por meio da alteração oficial do calendário acadêmico. Ressaltou que a flexibilização das atividades e o tratamento adequado das ausências justificadas por deslocamento para a votação eram medidas adotadas por outras instituições, mas que a proposta em apreciação buscava resguardar os estudantes de forma abrangente. Também destacou que, conforme apontado pelo conselheiro Manoel Quirino da Silva Júnior, a quantidade de dias letivos disponíveis não indicava prejuízo à carga horária dos cursos. A conselheira **Liana Holanda Nepomuceno Nobre** manifestou apoio ao encaminhamento, relacionando a iniciativa da universidade às medidas adotadas no âmbito estadual para facilitar o deslocamento dos eleitores, incluindo a gratuidade do transporte intermunicipal no Rio Grande do Norte. Argumentou que a universidade, além de promover o ensino, tem a responsabilidade de contribuir para a formação cidadã e para o fortalecimento da democracia e da soberania nacional. Nesse sentido, considerou pertinente a adoção de medidas que permitissem à comunidade acadêmica exercer plenamente o direito ao voto. O conselheiro **Manoel Quirino da Silva Júnior** questionou a possibilidade de incluir as condicionantes relativas ao dia vinte e oito de outubro. O presidente do

Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, pôs a proposta em votação, incorporando as considerações do conselheiro Manoel Quirino da Silva Júnior sobre a eventual mudança da data do ponto facultativo, condicionada à publicação oficial do MGI, sendo aprovada com onze votos favoráveis e um voto contrário. **OITAVO PONTO**. O presidente do Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, leu o ponto de pauta referente à indicação das docentes Maria Ghisleny de Paiva Brasil e Mifra Angélica Chaves da Costa para as funções de coordenadora e vice-coordenadora do curso de licenciatura em Pedagogia Bilíngue, o qual ingressará no SiSU de dois mil e vinte e sete com atividades iniciando em naquele daquele ano. Não havendo manifestações, pôs o ponto em votação, sendo aprovado por unanimidade. **NONO PONTO**. O presidente do Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, realizou a leitura do ponto referente às outras ocorrências e pôs em apreciação. Com a palavra, a conselheira **Luciana Vieira de Paiva** parabenizou todos os docentes pelo Dia do Professor e solicitou esclarecimentos sobre a retirada de pauta do código de vaga do professor Carlos Campos Câmara, conhecido por Carlão, assunto que vinha sendo debatido pelos departamentos e que retornaria às respectivas bases para nova discussão. Esclareceu que, após a reorganização dos centros da universidade, os docentes puderam escolher sua vinculação institucional, tendo sido estabelecido, por resolução, que as vagas decorrentes de aposentadorias ou outras vacâncias seriam destinadas aos departamentos relacionados às principais disciplinas ministradas pelos professores. Nesse contexto, explicou que o professor Carlão atuava na área de Fisiologia Animal, disciplina básica das Ciências Biológicas, embora fosse formado em Medicina Veterinária e tivesse assumido outras disciplinas para suprir afastamentos de docentes. Ressaltou que sua atuação não estava diretamente vinculada às disciplinas do centro em questão e solicitou aos conselheiros a leitura atenta do relatório apresentado, destacando a existência de lacunas a serem preenchidas e de normas legais que precisavam ser observadas. Em resposta, a conselheira **Liana Holanda Nepomuceno Nobre**, na condição de decana, também parabenizou os professores pelo seu dia e ressaltou os desafios e as recompensas da docência, especialmente pela capacidade da universidade de transformar vidas. Em seguida, agradeceu à comunidade acadêmica pela realização da Semana Universitária e da 32ª edição do Seminário de Iniciação Científica — Semic, destacando a expressiva participação do público e a presença do presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — CNPq no encerramento do evento. Agradeceu às equipes e aos setores envolvidos na organização, mencionando o Serviço de Informação ao Cidadão — SIC, a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis — Proae, a Prograd, a Proec, o Cerimonial e a Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação — Sutic, que colaboraram com a realização das atividades e com a editoração da revista. Ressaltou que o evento evidenciou a força da universidade na produção de conhecimento e o impacto positivo de suas ações. Informou sobre o lançamento, em parceria com a Fundação de Amparo e Promoção da Ciência, Tecnologia e Inovação do Rio Grande do Norte — Fapern, do edital referente ao primeiro eixo do programa Semiárido Mais Científico. Explicou que a iniciativa assegura, durante dois anos, a partir de primeiro de dezembro, a disponibilização de um pesquisador de pós-doutorado e de um profissional de apoio técnico para cada programa de pós-graduação contemplado, contribuindo para o fortalecimento das atividades acadêmicas e administrativas. Solicitou ampla divulgação do edital, que também previa oportunidades para egressos de diferentes cursos de graduação. Na sequência, a conselheira

Vânia Christina Nascimento Porto parabenizou os colegas pelo Dia do Professor e destacou a docência como uma atividade desafiadora, gratificante e marcada pela coragem de contribuir para a transformação de vidas. Também elogiou a Semana Universitária, cuja temática abordou as mulheres na ciência, nas artes e nos caminhos do semiárido. Recordou a programação de abertura, que contou com a participação de Georgina Gonçalves dos Santos, Reitora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia — UFRB, de representantes dos movimentos sociais e da artista Honorata Aires. Ressaltou as manifestações positivas recebidas de estudantes, docentes e técnicos administrativos sobre o caráter acolhedor e enriquecedor do evento. Agradeceu especialmente ao CMC, CMA e CMPF pela participação na organização das atividades de ensino, pesquisa, extensão, inovação e arte. Informou, ainda, que seria distribuído aos centros o material necessário para a pintura das paredes contempladas pelo edital de muralismo da universidade. A conselheira **Gislene Micarla Borges de Lima** solicitou uma reflexão sobre a autonomia dos cursos e dos centros na definição dos perfis das vagas docentes. Utilizou como exemplo o curso de Engenharia de Produção, cujo colegiado havia trabalhado na construção do perfil da vaga, considerando as necessidades específicas do curso e a relação de algumas disciplinas com as áreas de Administração e Contabilidade. Defendeu que a definição dos perfis deve priorizar as demandas acadêmicas dos cursos, alertando que alterações posteriores podem repercutir nos processos de remoção de servidores e na composição das bancas de concursos públicos. Em seguida, relatou os resultados da XII Semana de Ciência e Tecnologia — Secitec, realizada no *campus* Angicos em conjunto com a Semana Universitária. Destacou a realização de minicursos, oficinas, palestras, exposições e uma competição de foguetes, além da participação de mais de mil estudantes de escolas da região, inclusive de comunidades rurais de Santana do Matos. Ressaltou a importância dessas atividades para aproximar a universidade da comunidade externa e agradeceu à Proec pelo apoio à realização do evento. Na sequência, o conselheiro **Fernando da Silva Cordeiro** apresentou as considerações do Conselho de Centro do CMC sobre a Semana Universitária. Parabenizou a comunidade acadêmica, incluindo docentes, estudantes, técnicos-administrativos e trabalhadores terceirizados, pelo envolvimento na organização e na execução das atividades. Entretanto, apontou dificuldades relacionadas ao planejamento e à disponibilidade de recursos financeiros. Sugeriu que a Semana Universitária fosse incluída previamente no calendário acadêmico de dois mil e vinte e sete, de modo a permitir uma melhor organização dos projetos, das atividades e da participação de professores e estudantes. Defendeu, ainda, que a semana de planejamento acadêmico fosse utilizada para discutir a realização do evento, possibilitando a definição antecipada das necessidades e evitando que as atividades fossem organizadas de forma improvisada durante o semestre. O conselheiro **Eduardo Raimundo Dias Nunes** cumprimentou os colegas pelo Dia do Professor e apresentou esclarecimentos sobre a necessidade de submissão dos PGCCs à apreciação do Conselho. Explicou que, diferentemente dos PPCs, os PGCCs detalham os conteúdos programáticos por unidade, a distribuição de carga horária teórica e prática, as atividades de extensão, as competências, as habilidades e as metodologias de ensino. Ressaltou que essas informações são importantes, inclusive, para a participação dos docentes em editais de monitoria. Em seguida, solicitou informações sobre o andamento do PPC do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia do CMPF, demanda apresentada anteriormente pelo Conselho de Centro daquela unidade. A conselheira **Franceliza**

Monteiro da Silva Dantas informou que participaria do XII Seminário de Integração dos Técnicos Administrativos em Educação — Sintae da Universidade Federal do Rio de Janeiro — UFRJ, entre os dias dezenove e vinte e três, representando a universidade com um trabalho sobre linguagem simples como ferramenta de gestão de pessoas e seus impactos na comunicação interna e na eficiência administrativa do setor público. Também questionou a ausência, na pauta da reunião, da proposta de alteração do PGCC da disciplina de Biossegurança em Medicina Veterinária, encaminhada à Divisão de Administração Acadêmica — DAA em quinze de setembro e já aprovada pelo departamento. Em resposta, a conselheira **Rejane Tavares Botrel** esclareceu que verificaria a tramitação da alteração do PGCC de Biossegurança em Medicina Veterinária, uma vez que a proposta constava no sistema e havia sido aprovada pelo departamento, mas não apareceu entre os itens encaminhados para a reunião. Comprometeu-se a apurar o ocorrido e fornecer uma resposta diretamente à conselheira Gislene Micarla Borges de Lima. Quanto ao PPC de Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia do CMPF, informou que o processo havia sido encaminhado anteriormente de maneira inadequada do ponto de vista procedimental, motivo pelo qual foram solicitadas correções. Explicou que o setor pedagógico do *campus* já havia realizado alterações e que se aguardava a tramitação formal pelo sistema. Informou que verificaria a situação com o setor responsável, a fim de atualizar os conselheiros sobre o andamento do processo. O conselheiro **Leonardo Augusto Casillo** questionou como ficariam as atividades administrativas durante o período de suspensão das atividades acadêmicas, de sexta a segunda-feira, considerando que alguns servidores técnicos administrativos também precisavam se deslocar para outros domicílios. O presidente do Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, esclareceu que as atividades administrativas ocorreriam normalmente. Fez referência à proposta do conselheiro Manoel Quirino da Silva Júnior sobre a possibilidade de antecipação de uma medida do MGI e explicou que a aprovação institucional estava condicionada à manifestação do Ministério e que a universidade deveria aguardar a sinalização oficial antes de adotar qualquer providência. Parabenizou novamente os docentes pelo seu dia, estacando a importância do conhecimento como instrumento de transformação social e de construção de um futuro mais promissor. Reforçou a relevância do edital da Fapern vinculado ao programa Semiárido Mais Científico, informando que o investimento previsto era de aproximadamente quatro virgula seis milhões reais, dentro de um programa de cerca de onze milhões de reais, contemplando quarenta e duas bolsas de pós-doutorado e oportunidades de apoio técnico destinadas a fortalecer os dezenove programas de pós-graduação da universidade. Informou, ainda, a publicação do edital de apoio financeiro à mobilidade internacional de estudantes de graduação envolvidos em projetos de pesquisa e extensão, com recursos entre oito mil reais e dezesseis mil reais, conforme a localidade de destino. As atividades contempladas poderiam ocorrer entre dezembro de dois mil e vinte e seis e fevereiro de dois mil e vinte e sete, durante o recesso acadêmico, incluindo estágios, cursos e etapas de projetos de pesquisa e solicitou ampla divulgação das oportunidades. Nada mais havendo a discutir, deu por encerrada a reunião, e eu, Luiz Djalma Dias Filho, Secretário dos Órgãos Colegiados, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada sem emendas, na reunião do dia 24 de novembro de 2026, segue assinada pelo presidente do Consepe, pelos conselheiros presentes nesta reunião e por mim. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx